

SIMPLESMENTE IRANI: NARRATIVAS DE UMA MULHER AFRO-INDÍGENA

■ ALINE REGINA CARDOZO DE BRITO

<https://orcid.org/0000-0002-1073-1590>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

■ DANIELLE CHRISTINA DO NASCIMENTO OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0002-7641-2955>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

■ IRANI RIBEIRO LIMA

<https://orcid.org/0000-0002-7962-4523>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

■ LINDINALVO NATIVIDADE

<https://orcid.org/0000-0001-7011-6285>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente ensaio traz as memórias e (re)descobertas de uma mulher afro-indígena a partir do seu ingresso na universidade pública tendo como desdobramento a produção audiovisual de sua narrativa autobiográfica, o curta-metragem intitulado *Simplemente Irani*. Além de descrever sua própria história a partir de suas vivências e quebrar estereótipos socialmente impostos, o curta-metragem produzido oportuniza a aplicabilidade das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 que alteram a Lei nº 9.394/96 cujos parágrafos estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nos currículos oficiais da maior parte da Educação Básica brasileira, nos quais as temáticas sobre “História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena” deverão ser ministradas durante todo o ano letivo.

Palavras-chave: Memórias. Afro-indígena. Narrativa autobiográfica.

ABSTRACT

SIMPLY IRANI: NARRATIVES OF AN AFRO-INDIGENOUS WOMAN

The present essay depicts the memories and (re) discoveries of an Afro-indigenous woman since her admission to a public university based on the recording of her autobiographical narrative, the short

film *Simplesmente Irani* (Simply Irani). In addition to describing Irani's own story, centered on her life experiences, and to breaking socially imposed stereotypes, the short film produced provides the applicability of Laws No. 10639/03 and 11645/08. Both of them amend Law No. 9394/96 whose sections establish the Guidelines and Bases of National Education (LDB) in the official curricula of most Brazilian Basic Education in which the themes "African and Indigenous Afro-Brazilian History and Culture" should be taught throughout the school year.

Keywords: Memories. Afro-indigenous. Autobiographical narrative.

RESUMEN **SIMPLESMENTE IRANI: NARRATIVAS DE UNA MUJER AFRO-INDÍGENA**

El presente ensayo trae los recuerdos y (re)descubrimientos de una mujer afroindígena a partir de su ingreso a la universidad pública, teniendo como desdoblamiento la producción audiovisual de su narrativa autobiográfica, el cortometraje titulado *Simplesmente Irani*. Además de narrar su propia historia a partir de sus vivencias y romper estereotipos impuestos socialmente, el cortometraje producido brinda oportunidad para la aplicabilidad de las leyes nº 10.639/03 y 11.645/08 que modifican la Ley nº 9.394/96 cuyos párrafos establecen las Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) en los currículos oficiales de la mayoría de las Enseñanzas Básicas brasileñas, donde los temas "Historia y Cultura Africana e Indígena Afrobrasileña" deben ser enseñados a lo largo del año escolar.

Palabras clave: Recuerdos. Afroindígena. Narrativa autobiográfica.

Introdução

Simplesmente Irani é um trabalho coletivo, concebido a partir do desdobramento de encontros e transformado em uma produção audiovisual enviada para o 8º Festival Curta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).¹ Esse festival, em 2019, tinha como tema "Memória", o que nos despertou bastante interesse, afinal, como o próprio enunciado do

festival nos informava: "a memória constituiu um fator de identificação humana, sendo mecanismo para a construção da identidade social e local". Tal tema nos fez refletir sobre os diferentes aspectos da memória, seus elementos e as suas várias perspectivas, e o quanto ela pode colaborar com a (re)descoberta da identidade do sujeito. Sobre isso, é importante ressaltarmos que ainda são poucas as pesquisas sobre questões afro-indígenas e questões autoidentitárias.

O trabalho surge dessa urgência de narrativa como inspiração para começar e/ou continuar reflexões e proposições sobre as relações

¹ O Festival Curta na UERJ é um concurso anual aberto ao público de todo o país que recebe produções em vídeo e animações de até 10 minutos. O festival é dividido em duas categorias: *Teen* (para autores de 12 a 17 anos) e *Adulto*. Com temas diferentes a cada ano, na sua oitava edição, teve mais de 550 curtas-metragens inscritos. Disponível em: <<http://www.curtanauerj.uerj.br/>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

étnico-raciais a partir de diversos aspectos da história e da cultura brasileira que caracterizam a formação da nossa população, considerando esses dois grupos étnicos: negros e indígenas.

Irani Ribeiro, protagonista e também uma das produtoras do curta, revisita suas memórias de infância, relembra momentos marcantes da sua trajetória e divide conosco a descoberta de ser uma mulher afro-indígena. Natural do Croatá, zona rural do estado do Ceará, ela, assim como muitos outros nordestinos, embrenha-se numa diáspora (GILROY, 2001) em busca de novas vivências e experiências. Seu nome indígena, de origem tupi-guarani ou tapuia e cujo significado é “rio de mel” ou “abelha enfurecida”, é o ponto de partida para seu reconhecimento. No que tange à importância de aqui (re)afirmarmos o significado dos nomes próprios, resgatamos a entrevista de Ailton Krenak (2018), conhecido líder indígena e escritor brasileiro. Krenak relembra a conquista dos indígenas quanto à garantia do direito de expressar-se na própria língua e pontua que

[...] até a Constituinte de 88, por exemplo, era vedado o direito dessas pessoas fazerem um documento, um registro, inclusive um registro civil. Eu sou de uma geração de pessoas que quando nasceram não podiam botar o nome dos pais na língua materna, não podiam botar o nome que os pais escolhiam para os filhos, os filhos eram nomeados pelo cartório e com o nome considerado brasileiro, que geralmente era um nome português. (CAMPOS, 2018, n.p).

Ao reafirmar seu nome e território, essa mulher cearense nos revelou as facetas de uma sociedade em que nossos povos e culturas estão cada vez mais dentro das cidades grandes. Dessa forma, instigou-nos a conhecer mais sua história, espelho de tantas outras que reverberam por esse Brasil, que não é e nunca foi homogêneo. Sua história nos fez pesquisar sobre as populações distribuídas Brasil afora

com intuito de desconstruir as “ideias equivocadas” (FREIRE, 2016) em relação aos povos indígenas e populações afro-brasileiras.

Em uma das reuniões semanais do grupo de pesquisa, na qual a protagonista foi bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na UERJ, uma das autoras deste trabalho teve uma ideia fabulosa: contar a história de Irani, companheira de grupo sempre nos agraciou com suas histórias de vida, de lutas e de sobrevivência na cidade do Rio de Janeiro. “*Como assim gente?*”. Foi exatamente com essas palavras que nossa “personagem conceitual” (ALVES, 2019) reagiu ao saber de nossa intenção de contar sua história no 8º Curta.

Como bons cotidianistas – pesquisadoras e pesquisadores da linha dos Cotidianos, um dos nossos objetivos é refletir sobre as tantas redes educativas que neles formamos e que nos formam. Ao refletir, já estamos atravessados pelas histórias de Irani, pois “[...] quem enuncia tem a possibilidade de escapar do lugar da invisibilidade pela/com a palavra, pelas/com as narrativas” (PASSOS, 2014, p. 228). Assim, em diálogo, abraçamos a ideia de juntos desenvolvermos uma produção audiovisual para participar do festival.

Inscrevemos-nos sem muita pretensão. Apesar da relevância da temática, sabemos do pouco interesse em histórias outras. Na votação popular, nosso curta² ganhou o terceiro lugar, o que nos estimulou a aprofundar as histórias narradas por Irani. Após a premiação, uma de nossas autoras nos fez uma outra proposta: “*que tal produzirmos um artigo sobre o curta?*”. A partir de rodas de conversas e das ideias de Santos (2001, p. 5), percebemos que essas conversas “[...] explicitam um versar com, em companhia, compartilhando falas e dividindo histórias”. Ainda brincando/jogando com Santos (2011)

2 Curta-metragem “Simplesmente Irani”. Disponível em: <<https://youtu.be/Q9JQyrdwEDw>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

e as derivações do verbo “fiar”, corroboramos com a autora que as rodas de conversas de um grupo de pesquisas podem ser *fiadas* pelo fato de não terem intenções definidas, por não receberem um controle formal e por terem como assunto temas variados (NATIVIDADE, 2011).

A partir daí, nossas conversas *fiadas* passaram a ter outras qualificações, tornando-se uma conversa *afiada*, mostrando-nos potenciais oportunidades para discussão e para debates de ideias e visões. Essa conversa *afiada* nos levou a buscar respostas transformando-se, naquele momento, em uma conversa *desconfiada* e, logo depois, numa conversa *desafiada* ao pensarmos na escrita desse trabalho. Ao final, esperamos que nossa conversa tenha sido *desfiada* com Irani e que tenhamos, como num jogo da Capoeira, envolvido-nos em um dos movimentos necessários para a compreensão das pesquisas em diálogo com os cotidianos³ tornando essa conversa *confiada*.

Através da “escuta sensível da alteridade” (OHATA, 2013, p. 21), as conversas com Irani nos levaram a experimentar o cinema. Uma experiência documental e autobiográfica na qual ela (sozinha, de frente para a câmera e conversando com seus espectadores) – nossa autora-atriz – simplesmente desnaturaliza as tantas imagens estereotipadas pelas quais somos invadidos cotidianamente. Irani autora-atriz conversa com a câmera e nos permite fazer um

filme: um “[...] desafio que mobiliza qualquer um que pensou um dia em ligar uma câmera, em se relacionar com o cinema” (MIGLIORIN et al, 2014, p. 91) e em se relacionar com os outros. Mergulhamos na ideia de “[...] fazer um filme para alguém sobre nossas vidas, nossa forma de ver o mundo, nosso território, as coisas que nos afetam [...] o que conhecemos e queremos compartilhar, nossas histórias e invenções” (MIGLIORIN et al., 2014, p. 91).

Irani nos faz perceber a existência de outras narrativas cinematográficas, outras (suas) histórias. Estas carregam um pedaço da gente e certamente nos vemos, em alguns momentos, dentro dela. Como mencionado acima, essa “narrativa visual” (OLIVEIRA, 2016) descongela as imagens estereotipadas inventadas sobre nós. Em uma palestra dada em 2002, o professor José Ribamar Bessa Freire, coordenador do Programa de Estudo dos Povos Indígenas (PROÍNDIO) na UERJ, enumera cinco ideias equivocadas sobre o “índio brasileiro”. Dentre essas, ele descreve o equívoco da imagem congelada do indígena. “Enfiaram na cabeça da maioria dos brasileiros uma imagem de como deve ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha” (FREIRE, 2016, p. 13). Essa invenção quer minimizar as possibilidades dos povos nativos/originários de se conviver pelo Brasil afora. Apesar de não ter sido criada em aldeias, Irani e suas narrativas – territorializada e marcada por essa influência indígena –, desengessam esta configuração.

Qual é o caminho para a felicidade?

Durante muito tempo procurei a felicidade nos outros, o que eu não sabia é que sempre estive dentro de mim. (Irani Ribeiro Lima)

No “sentimento do mundo”, há uma imensa preocupação com os rumos que as pessoas

3 Nessa corrente de pensamento, as relações que seus ‘*praticantespensantes*’ estabelecem entre si – nas tantas redes educativas que formam e nas quais se formam, em “conversas”, repetimos – indicam os núcleos principais de articulação dos processos de pesquisa. Entendemos, ainda, que para dar conta dessas múltiplas e complexas relações precisamos de formas diferentes de expressá-las, com as múltiplas narrativas, imagens e sons que nelas surgem, percebemos que se tornou necessário buscarmos as articulações realizadas entre o que se produzia nas pesquisas dentro desta corrente e como atingiam aqueles com os quais elas se preocupavam: com os quais se realizavam, em primeiro lugar – os ‘*praticantespensantes*’ com quem “conversamos” e com os artefatos que “usam” – e com todos os interessados em Educação, também (ANDRADE; CALDAS; ALVES 2019, p. 20).

tomam enquanto seres humanos. Nilda Alves (2003) pegou o termo emprestado do poeta Carlos Drummond de Andrade (2022), nomeando assim o primeiro movimento das pesquisas com os cotidianos para nos dizer de maneira bem clara, franca e direta, que os protagonistas das ações das pesquisas cotidianistas são os *'praticantespensantes'*.

É preciso compreender que nossos muitos sentidos são convocados sempre nas relações das pesquisadoras e pesquisadores com os cotidianos, com os *'praticantespensantes'* desses tão diferentes e múltiplos *'espaçostempos'*. Desse modo, os processos de pesquisa nessa corrente exigem olhar, mas também ouvir, tocar, cheirar, degustar tudo aquilo que aparecer em nossos caminhos. (ANDRADE; CALDAS; ALVES, 2019, p. 52, grifos do autor).

Tomados por esse sentimento do mundo, seguimos a proposta de Alves (2003) e mergulhamos em todos os sentidos ouvindo, tocando, degustando as histórias de Irani. Através de uma escuta atenta e um olhar sensível, um agir/pensar sugerido por Passos (2014), fomos nos envolvendo com os relatos dessa mulher afro-indígena. De alguma forma, em cada encontro, suas narrativas se aproximavam das nossas histórias, mostrando-nos a todo tempo que as histórias se cruzam e se completam, mas não se tornam uma única história (OLIVEIRA, 2020).

As histórias de vida de Irani nos levam a refletir sobre formas outras de narrar: são narrativas autobiográficas cujo desenrolar enaltece sua leitura de vida, suas formas de ver e entender o mundo. Arrasta-nos para fora da história única eurocentrada descrita pela escritora nigeriana feminista, Chimamanda Ngozi Adichie (2009), e nos coloca sobre o fato biográfico citado por Souza (2011), Irani se anuncia como sujeito e se enuncia como autora de sua própria história. Apesar do autor Elizeu Clementino de Souza (2011) pontuar a impor-

tância da autobiografia em relação à escrita, as narrativas cinematográficas de si também são dispositivos que preenchem a nossa formação, uma vez que “conhecer, ouvir, ler a vida do outro é um modo de formação” (SOUZA, 2011, p. 371). Assim, nossa personagem passa pelo “processo de emancipação do sujeito-ator-autor” (idem, p. 380), uma sujeita-atriz-autora, e busca uma “reflexividade autobiográfica na promoção da transformação das representações de si” (idem, 2011, p. 380).

O filósofo martinicano, Frantz Fanon (2008), pontua “que falar é existir absolutamente para o outro” (p. 33). À medida que Irani narrava suas memórias, começava a existir, para ela e para nós, uma mulher afro-indígena possuidora de narrativas guerreiras, atravessadas por diversas vivências e experiências interseccionais cotidianas baseadas no feminismo negro diaspórico (COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2004; DAVIS, 2016; SANTOS, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2020). A cada história enunciada, denúncias, denúncias e renúncias eram descobertas.

A fala de Irani é contaminada pela condição de mulher nordestina – sua primeira identificação – cujos apontamentos constantemente denunciam um olhar colonizador do sudeste sobre o nordeste, bem como confessa as dificuldades de sua travessia por uma sociedade fundamentada pelo patriarcado. Enquanto se narra, é como se suas histórias fossem sendo descascadas – é como um palimpsesto que vamos raspando e descobrindo os vários lugares que ela habita. Além disso, ela anuncia sua transformação em uma cidadã preparada para invadir os espaços que deseja.

Enquanto fala para a câmera e, monologando para diversos espectadores, Irani multiplica vozes e refuta um discurso único imposto pela branquitude sobre a mulher afro-indígena nordestina. Na verdade, uma imagem inventada do Nordeste com a qual nos acostumamos, ou ainda, fomos acostumados. “Ao promover

uma multiplicidade de vozes, o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017, p. 70). Falando, Irani se conta, narra seus traquejos e vicissitudes, tal como expõe uma contranarrativa mediante aquelas produzidas pelos processos sociomidiáticos dentro de uma sociedade classista e discriminatória.

As histórias de Irani são como a ginga da Capoeira. E por qual razão se ginga na Capoeira? Para movimentar-se de um lado a outro na roda, numa tentativa de ludibriar, enganar, confundir, driblar o companheiro de jogo. É na ginga que se arquiteta um ataque e até mesmo uma defesa. É uma negociação, uma verdadeira ação diplomática em que se evita o conflito direto na roda. Então para nós, Irani, com sua ginga, parece cada vez mais com a rainha a qual deu nome a esse movimento: a rainha do Ndongo, atual Angola no continente Africano, Nzinga Mbandi (1582-1663). A destemida rainha usava de sua perspicácia para vencer os adversários, ora enganando, ora fugindo, ora num combate direto. É o que Certeau (1998) vai chamar de “homem ordinário” ou, mais apropriado nesse caso, “mulher ordinária” – sujeito(a)s portadore(a)s de táticas por meio das quais conseguiam transformar o contexto em que viviam: roubando e ludibriando as estratégias impostas pelas camadas dominantes.

Percebemos nos depoimentos de nossa personagem conceitual um gingar com as adversidades da vida, em que a busca pela felicidade sempre foi um dos seus ideais. Irani acreditava que a felicidade estava nos outros, ou seja, os outros diziam qual era o caminho para chegar à sua felicidade. E, para nós, essa narrativa refletia a felicidade nos moldes do colonizador. Gradualmente, na trajetória de sua vida, isso foi mudando. Para ela, as vozes gritantes colonizadoras quase desenvolveram

um novo ser capaz de esquecer/apagar o que um dia foi sua identidade, seus sonhos e sua cultura. O deslocamento identitário acontece em razão de haver uma tendência em permitir que as tantas histórias – sem perfis esteticamente pré-definidos pelo modelo padrão eurocentrado – não se encaixem socialmente. Desse modo, para atender a um modelo ideal de vida de sujeitos, Irani acreditava que esquecer sua identidade e adotar um único jeito de pensar sobre os sujeitos e os lugares era o caminho possível. Para nós, tal assertiva é uma agressão à diversidade, pois o convívio com as diferenças é uma riqueza, dada a existência de pessoas advindas de variadas culturas no mesmo espaço.

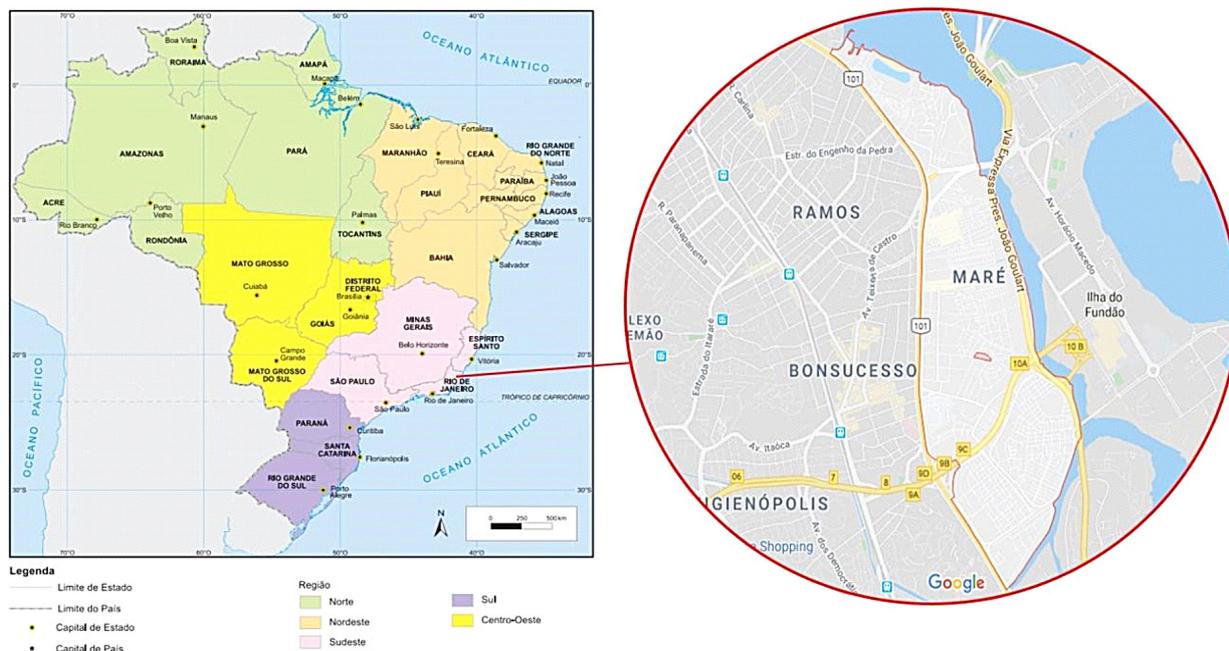
Sobre isso, a escritora afro-americana, Angela Davis (2016), nos ajuda a entender sobre o sentimento vivido por Irani, sendo este retratado em reflexões feitas pela autora no livro *Mulher, raça e classe*. Davis pontua como a mulher negra é desumanizada e nos mostra “[...] a necessidade da não hierarquização das opressões, ou seja, o quanto é preciso considerar a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade” (DAVIS, 2016, p. 12). Logo, é necessário salientar um fato importante da nossa realidade histórica: “a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça” (GONZALEZ, 2020, p. 147), isto é, o primeiro olhar que nos atravessa é racial. Daí a importância de nossa personagem reconstruir parte da sua identidade indígena e resgatar a cultura negra na sua história quando se autodeclara uma mulher afro-indígena.

Irani não desistiu de buscar os seus sonhos. Ela resume sua história em dez minutos e deixa claro o quanto somos um país excludente. Conta que seu sonho de ser professora nasceu muito cedo, mas só ingressou em uma universidade aos 42 anos para cursar Pedagogia. Antes da tão sonhada universidade pública, ela

concluiu os estudos à noite – pois precisava trabalhar durante o dia e cuidar de três filhos. O antigo oitavo ano findou em 1999, pelo Telecurso 2000,³ na Igreja Nossa Senhora da Paz. Já

o Ensino Médio foi concluído em 2003 no Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) 326. Tudo perto de sua casa, no Parque União, na Maré (RJ).

Figura 1 e 2 – Mapa do Brasil e mapa editado da Cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Google Maps.

O bairro da Maré, região conhecida também como o Complexo da Maré,⁴ é uma aglomeração de 15 favelas na zona norte do Rio de Janeiro. Toda a região era ocupada por pântanos e manguezais junto à orla da Baía de Guanabara e abrangia vários acidentes geográficos que desapareceram com os sucessivos aterros. Suas delimitações geográficas são definidas pela Baía de Guanabara e três vias expressas: Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha (BRITO, 2021).

A área começou a ser ocupada na primeira metade do século XX, pois a cidade do Rio de

Janeiro crescia e, com isso, as mãos de obra eram necessárias. Aliados a esses fatores, a seca também impulsionava a diáspora nordestina para a região Sudeste, de modo que a Maré ia se compondo como um grande território de migrantes nordestinos. O termo “maré” tem origem no fenômeno natural que afligia os moradores das palafitas construídas na região a partir de 1940. Em 1982, foi implementado o “Projeto Rio”, grande intervenção pública para reassentar os moradores das palafitas em conjuntos habitacionais. Tais conjuntos foram erguidos sobre aterros dos manguezais do antigo Saco de Inhaúma e da Ilha do Pinheiro, atualmente um parque ecológico.

O “território” é um conceito muito discutido dentro das ciências geográficas. Mas há outras disciplinas do mundo acadêmico, que por um viés multidisciplinar, buscam superar o conceito de território relacionado somente

3 O Telecurso é uma tecnologia educacional, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), que oferece escolaridade básica de qualidade. Atua na solução de problemas educacionais que impactam nas avaliações nacionais, como distorção idade-série, evasão escolar e defasagem na aprendizagem. Disponível em: <<http://www.telecurso.org.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

4 Disponível em: <<https://www.data.rio/app/bairros-cariocas>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

a dimensões continentais. Partindo dessa premissa, pensamos o Complexo da Maré através das concepções de Xavier (2012). Entende-se o território como “[...] um ‘campo de forças’, uma teia ou rede de relações que, a par de sua complexidade interna, define num só tempo um limite e uma alteridade” (XAVIER, 2012, p. 1013).

A territorialidade nesse sentido vai se compondo de forma subjetiva e relacional, podendo ser conhecida e reconhecida por suas diversas formas e expressões, ou seja, é um patrimônio cultural (XAVIER, 2012). Para Sodré (2002), o território é um “espaço-lugar” substanciado nas memórias que seus agentes constroem, sendo por isso forças ativas e simbólicas. Na Maré, os migrantes recém-chegados juntavam-se aos pescadores e construíam suas moradias sobre as palafitas num processo de associativismo. Cerca de quatro décadas depois, em 1994, a Prefeitura do Rio de Janeiro oficialmente declarou o bairro da Maré como sendo a 30ª Região Administrativa.⁵

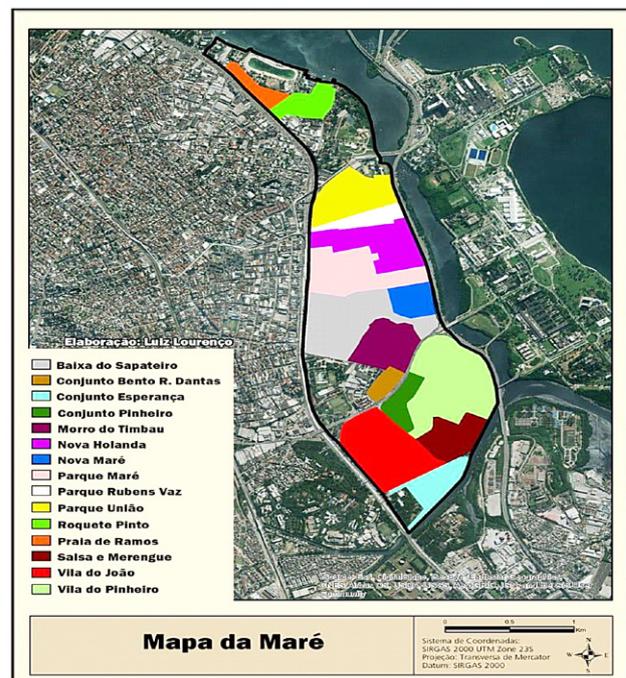
O geógrafo carioca, professor e pesquisador, Luiz Lourenço (2017), nos informa que sua prática pedagógica no ensino de geografia no bairro da Maré se dá através da cartografia social e alternativas de estudos decoloniais.

A cartografia é uma ferramenta de ensino essencial no campo da Geografia, uma vez que é através dela que podemos mensurar, representar e reconhecer a espacialidade dos territórios e suas particularidades. Sua importância nas salas de aula reside em sua capacidade ilustrativa de revelar aos estudantes aspectos gerais sobre um determinado local. A partir da visualização espacial do território, é possível desenvolver as temáticas concernentes ao ensino de Geografia, criando nexos entre o arcabouço teórico dos conteúdos e seus reflexos no entendimento das dinâmicas territoriais (LOURENÇO, 2017, p. 77).

5 Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/01/20/um-mergulho-na-historia-o-nascimento-e-formacao-do-complexo-da-mare/>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

Lourenço (2017) nos informa que as principais ferramentas para o ensino de Geografia são os mapas do local, muitas vezes sem qualquer representação cartográfica sobre a realidade do lugar, obrigando os professores a usarem estes ou se reinventarem. No que tange ao corpo discente, esses mapas oficiais criam dificuldades de entender situações reais da sua própria localidade. Para tal, foi desenvolvido um mapa pelo próprio autor através de um projeto educacional no Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), uma Organização Não Governamental (ONG) que atua nos segmentos de educação, comunicação, memória e cultura, sendo uma importante referência dentro do bairro da Maré.

Figura 3 – Mapa da Maré por Luiz Lourenço



Fonte: Giramundo – Revista de Geografia do Colégio Pedro II.

Em 2013, de acordo com o Censo Populacional local – Redes da Maré –, somava-se 139.073 moradores distribuídos em 47.758 domicílios. A economia local conta com 3.182 empregos, destacando-se aí os bares (660) e os salões de beleza (307). Atualmente, é o maior complexo do Brasil; além de abrigar 46 escolas municipais,

porém, com um percentual menor no ensino médio se comparado ao restante da cidade do Rio de Janeiro. Apenas 2,4% dos moradores do complexo cursam a universidade.⁶

Consequentemente, é essencial entender a favela como um território integrante da cidade, mesmo que esta esteja à margem (COLLINS, 2019) dela. Apesar de ser visto como um espaço cujos habitantes não são pertencentes ao centro urbano e estar repleta de clivagens sociológicas que interferem nos modos de vida destes sujeitos favelados, faz-se necessário entender como sua população move as engrenagens dos lares, indústrias e comércios viabilizando o funcionamento da cidade. A favela se mantém, (re)produz-se e é base para a economia dos municípios a partir da mão de obra de seus moradores (BRITO, 2021). Nesse sentido,

A margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como espaço de resistência e possibilidade. [...] é um local que nutre a nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e imaginar mundos alternativos e novos discursos. (KILOMBA, 2019, p. 68).

Pelas varedas caminhou até chegar à universidade

*Já andei muito a pé nessa vida...
Agora é mais ônibus, trem e metrô.
(Irani Ribeiro Lima)*

Após 11 anos, Irani conseguiu retornar aos estudos e retomar o sonho de se tornar professora. No final de 2013, ela procurou um pré-vestibular comunitário e inscreveu-se no Redes da Maré na favela da Nova Holanda (território integrante do Complexo da Maré), porém só foi aprovada no final de 2015. Para a alegria da família, dos amigos e principalmente dela, entrou na Faculdade de Educação para cursar

Pedagogia na UERJ em 2016. Uma nova visão de mundo se abria para Irani e, conseqüentemente, o choque de realidades.

Ao entrar na universidade, ela conheceu um outro mundo que lhe possibilitou perceber o quanto sua trajetória de vida a tinha feito esquecer sua própria história. Inclusive, a realização de seu sonho; pois, em seu íntimo, era comum a ideia de que não seria mais capaz de aprender. Não podemos dizer que Irani nesse momento resgatava suas memórias, pois o conceito de memória é um processo dinâmico com deslocamentos e permanências. Não é um “simples depósito de dados” ou “uma busca do que se fixa, do que não se transforma, do que é estável” (BARATA, 2002, p. 9). A memória vai se constituindo a partir daquilo que lutamos para lembrar e daquilo que lutamos para esquecer.

Ela não nos conduz a reconstituir ou recuperar o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões e nas indagações que formulamos e que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos e de nossa perspectiva presente. (OLIVEIRA, 2011, p. 1).

Outro choque relatado por Irani, ao ingressar na Faculdade de Educação, foi ver entrar em sua sala de aula uma professora negra. O susto foi grande. Simplesmente para Irani e para muitos outros estudantes, não era comum encontrar uma professora universitária concursada negra, inclusive fluente na língua inglesa e com pós-doc. nos Estados Unidos. Naquele momento, não percebia que seu pensamento reproduzia ideologias coloniais. Inclusive, como ela mesmo relata, esse pensamento de rejeição da imagem da docente era corroborado também por alguns colegas negros e isso a incomodava.

Para Irani, duas questões já a inquietavam no cotidiano acadêmico. A primeira era o acesso de pessoas negras à universidade e a ocupação de cargos dentro dela. Como se dava aquele processo? A segunda era uma questão identitária, ou seja, como ela e seus(as) cole-

⁶ Disponível em: <<https://redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>>. Acesso em: 18 mar. 2020.

gas de curso não se reconheciam negro(a)s? Talvez, naquele momento, faltasse a eles leituras de teóricos como Stuart Hall (2015) e seus escritos sobre a possível existência de uma “crise de identidade” ou Paul Giroy (2001) sobre diáspora a partir do “Atlântico Negro”, propondo novos olhares para essa temática. Ou ainda, de Frantz Fanon (2008) e Achille Mbembe (2018) cujas reflexões são pautadas sobre a construção dos conceitos de “negro” e “raça”, bem como as relações entre Europa e África através do colonialismo. Além da população negra precisar de uma tomada de consciência para o que Fanon chamou de “ascensão coletiva em humanidade” (MBEMBE, 2018, p. 305).

Contrário a essa tomada de consciência, vive-se sob o modelo introjetado de uma cultura dominante/colonizadora. A autora nigeriana já citada, Adichie (2009), adverte sobre “o perigo de uma história única”, questionando o não reconhecimento e o apagamento de histórias outras. A referida escritora indaga sobre a cultura na qual vivia, os livros lidos e a falta de autores que dialogassem com sua identidade. Tal concepção, por exemplo, explica por qual razão Irani não se reconhecia em sua cultura.

E, neste processo de reconhecimento, a abelha enfurecida voa e atravessa (sendo também atravessada) pelos territórios já supramencionados. O curta leva a personagem das fronteiras do Ceará às margens da favela do Parque União, projetando as inúmeras narrativas e resistências desses lugares. A câmera que filma seu caminhar entrando no CIEP daquela comunidade é a mesma que a acompanha pelos corredores da universidade, de onde sua voz ecoa. Num dado momento, a câmera repousa para gravar suas “fotografias narradas” (MIGLIORIN, 2014, p. 49), enfocando a importância de se “[...] perguntar o que está por trás de uma imagem, que tipo de história as pessoas querem contar e como as contam” (idem, p.49). Enquanto isso, Irani documenta as imagens que compõem o entorno de sua biografia nos fazendo intensificar os olhares sobre os territórios vividos por ela, bem como redescobrir histórias destes espaços por onde ela transitou e ainda transita.

Minha terra... o lugar que habita em mim

Redescobrimo a identidade afro-indígena que sempre existiu em mim! (Irani Ribeiro Lima)

Figuras 4 e 5 – Mapa do Brasil e mapa editado do estado do Ceará



Fonte: Google Maps.

Croatá é um município brasileiro do Estado do Ceará, fundado em 3 de maio de 1988.⁷ Ao redor da primitiva capela de Nossa Senhora das Dores, desenvolveu-se o atual centro urbano, emancipado do Inhussu. Localiza-se na microrregião da Ibiapaba, mesorregião do noroeste cearense – faz parte das terras da serra dos Cocos, localizado no lado sul da Chapada da Ibiapaba, situada na divisa com as terras do sertão de Crateús. Era habitado por nações indígenas como os tupis (tabajaras, tupinambás) e tapuias (calabaças, cararijus, kariris, inhamuns, karatis, jaburus, javanbés).

Fizemos questão de descrever este território uma vez que o mesmo é nitidamente marcado pela cultura indígena, ou seja, “território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação” (KAMBEBA, 2020, p. 63). A identidade de Irani não é apagada após sua saída de Croatá. Ao contrário, ela a carrega em seu corpo afro-indígena para dentro da cidade para a qual se muda e para dentro da universidade onde se gradua, como demonstrado nos parágrafos abaixo. Nascida na Aldeia Belém do Solimões do povo Tikuna, a mestra geógrafa, Márcia Wayna Kambeba, assim como Irani, exalta a necessidade de

Buscar conhecer seu passado histórico, participando conhecimentos e saberes, tendo como ensinamento a experiência dos que são a memória viva. Viver a afirmação étnica baseada no reconhecimento de um povo e lutar por reivindicações que contribuam de certa forma para uma coletividade é nisso que consiste a luta, identidade e a cultura dos povos indígenas. O território é o lugar onde se tem uma rede de relações envolvendo saberes: econômico, sociocultural, político e por isso é sagrado. (KAMBEBA, 2020, p. 62).

7 Disponível em: <<https://www.croata.ce.gov.br/>>; <<http://www.camaracroata.ce.gov.br/>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

Esta força cultural e ancestral dos povos indígenas, atravessada em Irani, é um presente – um presente social deixado por nossa autora-atriz em cada lugar onde ela habita e onde se envolve socioculturalmente. Fazendo-nos refletir também, e principalmente, sobre a importância da inclusão de diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira nos currículos escolares: tanto nos estabelecimentos de Ensino Fundamental quanto nos de Ensino Médio, públicos e privados, como obriga a legislação brasileira. Seja através da luta dos povos indígenas no Brasil e/ou a dos negros desde que foram trazidos brutalmente da África. O resgate das contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil são fundamentais na (des)construção da nossa identidade.

A elevação do povoado Croatá à categoria de vila ocorreu em 1929. Depois da denominação original, chegou a chamar-se Presidente Kennedy; porém, foi alterado por uma lei estadual em 1965 e tornou a chamar-se Croatá. O município é dividido em oito distritos: Croatá (sede); Barra do Sotero; Betânia; Santa Tereza; Repartição; Lagoa da Cruz; Vista Alegre; e São Roque. As principais fontes de água fazem parte da bacia do Rio Parnaíba, sendo elas o rio Inhussu, os riachos Cana Brava, Canindé Grande, Cruz, Macambira, São Roque e outros tantos. Existem ainda açudes de grande porte, mas destaca-se a Lagoas das Mercês. A economia local é baseada na agricultura (café, banana, cana-de-açúcar, mandioca e feijão) e na pecuária (bovinos, suínos e avícolas). Os principais eventos culturais são: Aniversário de emancipação política do Município (3 de maio) e o Dia da Padroeira Nossa Senhora das Dores (15 de setembro).

Figuras 6 e 7 – Paróquia Nossa Senhora das Dores



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Croatá (CE), Facebook: 3 maio 2018.

O topônimo “Croatá” é uma alusão à planta silvestre da família das bromélias, também chamada gravatá, coroatá, caruá, coroa, crauá, croá, caroá, abundante na região e com diversas utilidades. Das folhas, retira-se uma fibra sedosa que serve para fazer cordas, linhas de pesca, capacho e até alimento. É bem resistente à variação de temperatura, solo e estiagem.

Possui ciclo perene, poucas folhas espinhosas, que remetem ao abacaxi e flores em tons avermelhados, chamando atenção pelo colorido e beleza. Elas são repletas de néctar e polinizadas por beija-flores. Produz frutos arredondados em belos cachos, de cor amarela quando amadurecem, de sabor agradável e polpa suculenta. Eles são comestíveis e amplamente utilizados na medicina popular.

A planta propaga-se pelas sementes ou pela separação de brotos. As folhas da planta fornecem fibra para a confecção de barbantes, linhas de pesca, tecidos, cestos, esteiras, sandálias e chapéus. Além de outras peças artesanais e decorativas, que geram renda para famílias da caatinga ao tirarem sustento da exótica planta. Inclusive, as memórias de infância de Irani ainda estão carregadas pelas amarras feitas nos feixes de lenha, tais como as brincadeiras de pular corda. Mas, como toda planta, ela também pode ser usada para finalidades ornamentais, porque suas flores são lindas e os frutos chamam atenção pelo formato e textura, sendo encontrada em quintais das casas da roça, em feiras e mercados locais.

Figuras 8 e 9 – Croatá



Fonte: Site Cerratinga.

Todas estas informações são carregadas pelo corpo de Irani. Brotam do seu corpo afro-indígena para dentro da sociedade onde atua, demonstrando como a cultura indígena segue entrelaçada à natureza assim como a fibra do croatá. Um entrelaçar rizomático que elimina a ideia de não resistência dos nativos perante à colonização, outro equívoco pregado sobre inúmeros povos indígenas brasileiros. Atravessam sua vivência e sua história biográfica e, agora, cinematográfica. A beleza e a simplicidade das tantas culturas que costuram o tecido social brasileiro e que são esquecidas e minimizadas pela intelectualidade acadêmica dos ditos principais estados do Brasil. O filme de Irani é também um acontecimento heterobiográfico, pois ele nos afeta intensamente. A heterobiografia acontece

[...] quando as suas experiências de vida se deparam com as experiências de vida de uma outra pessoa que conta a você sobre o que viveu. Quando você se reconhece na história que o outro conta, acontece a heterobiografia: que é a interpretação de si por meio das narrativas experienciais de uma outra pessoa. (PAIVA, 2018, n.p).

Assistir a Irani, é afetar-se, é se reconhecer em algumas falas, em algumas de suas histórias dentre as tantas editadas e que nos levaram a refletir sobre nós mesmos. Provavelmente, foi assim que muitos se sentiram ao assistir à contação da trajetória de Irani e suas passagens pelos mais diversos territórios brasileiros.

Considerações finais

Nossas histórias importam! E a narrativa de Irani nos incentiva a pensar em histórias outras de um Brasil plural e diverso, que, assim como a história dela, são atravessadas por muitas experiências interseccionais cotidianas (COLLINS, 2019; CRENSHAW, 2004; DAVIS, 2016;

SANTOS, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2020). Com conflitos, negociações e tensões que dão a sua vida um novo sentido a partir do seu reconhecimento como afro-indígena. Este texto e a produção audiovisual podem ser utilizados como referência para propostas pedagógicas nos cursos de formação de professoras e professores, como uma das formas de aplicabilidade das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, cujos artigos tornam obrigatório o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena” nas redes escolares.

Não podemos ignorar que somos um país racista! Um país que silencia e apaga histórias em detrimento de outras. Poder narrar a história de Irani através das suas descobertas é também uma forma de enfrentamento do racismo. E, atualmente só é possível falar sobre esse enfrentamento porque os movimentos sociais – negros, indígenas e outros –, através de muita resistência e lutas por emancipação, conseguiram tal reconhecimento. Além disso, “é preciso superar a base de conhecimento da cultura colonial, marcada pelo racismo, pela injustiça cognitiva e por todas as formas de desigualdade social, cultural e econômica” (BANIWA, 2017, s/p), defende o antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Gersem Baniwa. Através de seus estudos, notamos a importância de ir além da epistemologia ocidental, mostrando a interculturalidade das sociedades tão presente em Irani. Não há aqui quaisquer intenções de eliminar determinadas narrativas, visamos coexistir através de outras histórias.

Reconhecer a existência do racismo entrinçado na construção do nosso Estado-Nação oportuniza-nos visualizar a importância da formulação de ações práticas e teóricas imediatas, como as já citadas e utilizadas pela protagonista deste trabalho. Podemos citar as políticas públicas, tais como: conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos

governos – nacionais, estaduais ou municipais – com a participação direta ou indireta de entes públicos e/ou privados, visando assegurar os direitos à cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Esses direitos assegurados na Constituição Federal Brasileira de 1988 dialogam com a alteração prevista na Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). O objetivo é o resgate das contribuições históricas dos dois grupos étnicos (negros e indígenas) citados neste artigo; tanto nas áreas social e econômica, quanto na política. Logo, as temáticas sobre “História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena” deverão ser ministradas durante todo o ano letivo. Nesse caso, observa-se a preocupação com o sistema educacional do país que não poderá mais aceitar a parcialidade e os preconceitos de outrora.

Tomados por todas as mudanças políticas e sociais ocorridas no país nas últimas décadas, trabalhamos e (re)inventamos outros olhares junto com Irani, além de filmarmos pensando noutros territórios e alteridades. Foi imerso neste “[...] processo que descobrimos a força que existe em criar um ponto de vista sobre o mundo ou um lugar para ouvir o que nunca antes havíamos parado para escutar” (MIGLIORIN *et al*, 2014, p. 11-12). Entendemos, então, que se narrar também é existir para o outro e, além disso, é modificar o outro. Somos afetados e entendemos que Irani, simplesmente, afeta-nos e nos modifica.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. TED Ideas Worth Spreading, 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em: 2 abr. 2021.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2022.

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **Teias**. Rio de Janeiro: ano 4, nº 7-8, jan./dez. 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23967/0>. Acesso em: 2 abr. 2021.

ANDRADE, Nívea; CALDAS, Alessandra Nunes; ALVES, Nilda. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SUSSUKIND, Maria Luiza; PEIXOTO, Leonardo (orgs). **Estudos do cotidiano, currículo e formação docente - questões metodológicas, políticas e epistemológicas**. Curitiba: CRV, 2019. p. 160-179.

BANIWA, Gersem. **É preciso superar a epistemologia colonial**. Jornal da Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiás, 28 jul. 2017, Notícias, p.1. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/99084-e-preciso-superar-a-epistemologia-colonial-diz-gersem-baniwa>>. Acesso em: 23 maio 2022.

BARATA, Denise. **Permanências e deslocamentos das matrizes arcaicas africanas no samba carioca**. XXV Congresso brasileiro de ciências da comunicação, 25ª ed., Salvador. 2002, Salvador. Anais XXV CBCC. Salvador: CBCC, 2002. p. 1-17.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRITO, Aline Regina Cardozo de. **Trajetórias de mulheres negras**: traduções transatlânticas entre mares e Marés. 2021. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. O patrimônio cultural e o protagonismo indígena na Constituinte de 1987/88. Entrevista com Ailton Krenak. **Horizontes Antropológicos** [Online], 51 | 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/horizontes/2338>. Acesso em: consultado o 22 maio 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento fe-

minista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVM-/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle Williams. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <<https://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 1º abr. 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FANON. Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON. Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução Eunice Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: 3ª reimpressão. Ed. UFJF, 2015.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação**, v. 01, n. 2, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2534828/mod_resource/content/1/Cinco%20ideias%20equivocadas%20sobre%20o%20indio%20.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: CANDAU, Vera; MOREIRA, Antônio Flávio. **Multiculturalismo**. 8ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. p. 67-89.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, in-**

tervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber** [recurso eletrônico]. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação** – episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURENÇO, Luiz Augusto Ferreira. Cartografias da decolonialidade: o ensino de geografia no bairro Maré. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 77-89, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/index>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGLIORIN, Cezar et al. **Inventar com a diferença: cinema e direitos humanos**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

NATIVIDADE, Lindinalvo. O Discurso Pedagógico na prática da Capoeira. **Teias**. v. 12. n. 26, p. 171-180, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24218/17197>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. In: OHATA, Milton (org.). **Eduardo Coutinho**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 21 e 47.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **História, memória e a construção de enunciados**: algumas reflexões teóricas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, FFLCH USP, XXVI Anais, p. 1-15, julho 2011. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

OLIVEIRA, Danielle Christina do Nascimento. Meu cabelo não é só estética, é também política: os movimentos sociais e as narrativas visuais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/**

as (ABPN), [S.l.], v. 8, n. 20, p. 217-230, out. 2016. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/%20article/view/18>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

OLIVEIRA, Danielle Christina do Nascimento. **Sobre a tessitura de redes de afetos**: diálogos com mulheres negras da Baixada Fluminense. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PAIVA, Élica. A narrativa de quem ensina a contar histórias. [Entrevista concedida a] Avoador, jornalismo com profundidade. Avoador: Papo aberto, Bahia, s/p, maio, 2018.

PASSOS, Mailsa Carla Pinto. Encontros cotidianos e a pesquisa em Educação: relações raciais, experiência dialógica e processos de identificação. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, n. 51, p. 227-242, jan./mar. 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/er/a/G7jDC5FW8qxVfVxPXT5HyQj/?lang=pt>>. Acesso em 15 dez. 2021.

REDES DA MARÉ. **Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Carolina da Costa. **O(s) nós das redes de conhecimentos e subjetividades**: entre possibilidades de fiar narrativas e literatura brasileira. In: VI Seminário Internacional – As redes educativas e as tecnologias, 6ª ed., 2011, Rio de Janeiro, **Anais...** p.

1-13, VI Seminário Redes. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Feminismo negro diaspórico. **Revista Gênero**, Niterói: UFF, n. 1, v. 8, p. 11-26, 2007. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/157>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SIMPLESMENTE IRANI. Direção de Aline Brito e Danielle Oliveira. Rio de Janeiro: curta, Festival 8ª curta na Uerj, 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/Q9JQyrdwEDw>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, Elizeu Clementino de; PASSEGGI, Maria da Conceição; VICENTIN, Paula Perin. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**. [online]. vol.27, n.1, p. 369-386, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100017>.

XAVIER, Maria Aparecida de Sá. Territorialidades e identidades para construção de uma horizontalidade na promoção da saúde: alguns apontamentos críticos. In: I Simpósio Internacional sobre Território e Promoção da Saúde, 1ª ed., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: SIS, 2012. p. 1010-1019.

Recebido em: 15/01/2022

Revisado em: 31/05/2022

Aprovado em: 15/06/2022

Publicado em: 31/08/2022

Aline Regina Cardozo de Brito é mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Educação Básica. Membro-pesquisadora do Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano (ProPEd) da UERJ. *E-mail*: alinercbrito@gmail.com

Danielle Christina do Nascimento Oliveira é mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Educação Básica. Membro-pesquisadora do Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano (ProPEd) da UERJ. *E-mail*: danielle.danichris@hotmail.com

Irani Ribeiro Lima é pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Educação Básica. Membro-pesquisadora do Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano (ProPEd) da UERJ. *E-mail*: iraniribeiro28@gmail.com

Lindinalvo Natividade (*in memoriam*) foi doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Educação Básica. Membro-pesquisador do Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano (ProPEd) da UERJ. *E-mail*: nativacapoeira@gmail.com